

Houve, uma vez, dois Junhos: luta por direitos, anticorrupção e antipolítica em 2013

Felipe Demier

(Historiador e professor da Faculdade de Serviço Social da UERJ)

Resumo: Em junho de 2013, uma dominação política de tipo hegemônica, obtida somente quase um século depois da formação de uma sociedade de massas no Brasil, começou a soçobrar. Assim, se os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e os dois seguintes de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) haviam conseguido aquilo que, durante décadas e décadas, uma parte do melhor pensamento social brasileiro julgava beirar o impossível, a saber, a construção de uma democracia representativa dotada de relativa estabilidade, o inverno de 2013 fez com que, digamos, *tudo voltasse ao normal*, acordando nossos sonhadores hegemônicos da ciência política e consortes de seus sonhos de uma noite de verão.

Palavras-chave: Junho de 2013, Golpe de 2016; bolsonarismo

Abstract: In June 2013, a hegemonic type of political domination, obtained only almost a century after the formation of a mass society in Brazil, began to collapse. Thus, if the two governments of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and the following two of Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) had achieved what, for decades and decades, a part of the best Brazilian social thinking claimed to be impossible, namely, the construction of a representative democracy endowed with relative stability, the winter of 2013 caused, let's say, everything to return to normal, waking up our hegemonic dreamers of political science and consorts from their midsummer night's dreams.

Key-words: June 2013, Coup 2016, Bolsonaroism

“É preciso que fique bem claro. A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada à das cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom-senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado” (MARX, K. *O 18 brumário de Luís*

Bonaparte [e *Cartas a Kugelman*]. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 116-117).

Em junho de 2013, uma dominação política de tipo hegemônica, obtida somente quase um século depois da formação de uma sociedade de massas no Brasil, começou a soçobrar. Assim, se os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e os dois seguintes de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) haviam conseguido aquilo que, durante décadas e décadas, uma parte do melhor pensamento social brasileiro julgava beirar o impossível, a saber, a construção de uma democracia representativa dotada de relativa estabilidade, o inverno de 2013 fez com que, digamos, *tudo voltasse ao normal*, acordando nossos sonhadores hegemônicos da ciência política e consortes de seus sonhos de uma noite de verão.

De lá pra cá, nessa década que nos separa das violentas Jornadas de Junho, não obstante variações na dinâmica e ritmo do processo, os acontecimentos políticos se precipitaram vertiginosamente e, como se costuma dizer, desde então, “não se tem um dia de paz nesse país”. O cotidiano modorrento de uma democracia asséptica e tecnocrática foi quebrado pelas mobilizações sociais multitudinárias. Após tempos se apresentando como “antipolítica” com o objetivo de preservar os fundamentos de “tudo que está aí”, a política desmobilizatória do regime, até então hegemônico, contribuiu e mesmo estimulou para que, pelas fissuras abertas em junho de 2013, emergisse uma “antipolítica”, só que agora radical e mobilizatória, contra a superfície de “tudo que está aí”.

Após pouco mais de duas décadas propositadamente mantida sob o invólucro da técnica, a política neoliberal foi forçada a se “libertar” dele, a jogar fora seus rebuços, não sem antes tentar remendá-los com adornos “antipolíticos” cada vez mais vulgares e extravagantes, como capas forenses e fardas estreladas. Porém, quando, como no 8 de janeiro de 2023, se tenta uma insurreição reacionária contra os três poderes, tramada por militares e defendida por um ex-juiz senador, quando os jornalistas políticos são obrigados a se revezar em plantões de 24 horas e quando a palavra golpe finalmente é assumida no léxico midiático oficial, não há mais como negar que se está fazendo política e que, portanto, esta sempre deitou raízes e foi praticada muito além das planilhas dos tecnocratas com suas decisões “meramente técnicas” e do ramerrão de um Parlamento de uma classe só. As Jornadas de Junho trouxeram a política de volta, ainda que, contraditoriamente, isso tenha sido feito, em grande parte, pela afirmação raivosa de um discurso contra os políticos e a política. Sem entendermos a forma como a “apolítica”

*democracia blindada*¹ e sua classe dominante se portaram em junho de 2013, não há como entender o levante militarista “contra os políticos” em janeiro de 2023.

Em outras palavras: de tanto se valer da ideologia “antipolítica” como forma de manutenção da apatia, os arautos da *democracia blindada* contrarreformista, quando acossados pelas mobilizações de massas por reformas (direitos), não fizeram senão apelar para uma *versão de rua* da sua própria ideologia, o que, ao fim e a cabo, com a eclosão do neofascismo e sua “antipolítica” mobilizatória, levaria à crise daquela própria democracia. Desse modo, o que queremos dizer é que a forma pela qual a classe dominante reagiu a Junho, *ainda em junho*, está diretamente ligada não só ao Golpe de 2016, mas também, e por conseguinte, ao bolsonarismo que, para salvar, ao seu modo destrutivo, o conteúdo de “tudo que está aí”, se volta contra a forma de “tudo que está aí”.

Na medida em que, para derrotar um movimento pela ampliação de direitos, a burguesia brasileira hegemônica, em especial por meio de seus aparelhos midiáticos, disputou e, por fim, inverteu os rumos do próprio movimento, ela acabou por lançar as sementes da crise de sua própria hegemonia. Na medida em que atendeu apenas às reivindicações do seu Junho – atendimento que, de um modo geral, se opôs às reivindicações do Junho original –, a classe dominante brasileira, anelando preservar seu neoliberalismo fleumático, foi responsável pela emergência de um neoliberalismo não só fanático como antidemocrático, de verniz neofascista. Vejamos isso então.

Os protestos, em junho de 2013, se iniciaram do modo como até então vinham se apresentando os reclamos populares ao longo dos aproximadamente vinte e cinco anos de refluxo do movimento de massas: atos realizados por setores de vanguarda, uma habitual repressão policial e o sórdido silêncio por parte da grande imprensa, uma das principais instituições da *democracia blindada* – convém frisar. Dessa vez, entretanto, os atos tiveram como mote uma reivindicação que ultrapassava o fragmentalismo sindicalista que caracterizou boa parte das lutas do período anterior. Um pequeno contingente de militantes, capitaneado pelo Movimento Passe Livre (MPL) e outros setores da esquerda radical, saiu às ruas em São Paulo, nos primeiros dias do mês, para protestar contra o aumento das tarifas nos transportes urbanos de massa. As redes sociais driblaram o bloqueio midiático e a luta começou a ganhar adesões e despertar simpatias.

¹ Sobre o conceito de *democracia blindada*, ver entre outros trabalhos, DEMIER, F. *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

A grande imprensa rompeu o silêncio e passou a condenar abertamente aqueles que “atrapalhavam o trânsito e impediam o exercício do direito de ir e vir”. Ironicamente, ao adicionar mais tediosos minutos ao longo tempo já gasto pelos cidadãos que se deslocam na megalópole periférica, as manifestações chamavam atenção justamente para uma das causas responsáveis por esse exagerado dispêndio de tempo: a precariedade e o alto custo dos transportes coletivos, controlados por mafiosas empresas privadas. Instigado pelos editoriais midiáticos, o aparelho de repressão estatal reprimiu violentamente os manifestantes.²

O regime deu um tiro no pé. As imagens da atroz repressão policial – que atingiu até jornalistas da grande imprensa – se tornaram “virais” na internet e funcionaram como um acicate para que outras manifestações, em São Paulo e no Rio de Janeiro, viessem a ocorrer nos dias seguintes. Crescia a solidariedade à luta contra o aumento tarifário dos transportes e, principalmente, às vítimas da repressão policial. Sem dúvida, esta última acabou por se tornar o principal alvo dos manifestantes, o que colocava (coloca) em discussão o modo de atuar, e mesmo a simples existência, das polícias militares no (eufemisticamente) chamado “Estado Democrático de Direito”. Centenas de milhares saíram às ruas e, dessa vez, apareceu com destaque no leque das reivindicações populares a defesa de outros direitos sociais (além do Transporte) negados pela *democracia blindada*. Surgindo para os politólogos de plantão como um raio no céu azul, as mobilizações de junho se tornaram multitudinárias e, depois de décadas de contrarreformas, exigiam, entre outras demandas, Saúde, Educação e Transporte públicos, baratos e de qualidade. As duas principais capitais do país estavam em ebulição social. O movimento começava a se espalhar por outras grandes e médias cidades. A Copa das Confederações da FIFA, que então ocorria em vários estados do país, estava ameaçada de não chegar ao final. A burguesia foi surpreendida, e precisava reagir.

Em um escrito nosso produzido alguns meses depois dos buliçosos acontecimentos de 2013 – e publicado um pouco após o Golpe de 2016 –,³ fizemos uma discussão acerca da estratégia e das táticas as quais a burguesia lançara mão para derrotar

² MATTOS, Romulo Costa. “Grande imprensa e repressão nas jornadas de junho” [partes 1 e 2] in *Convergência*, out. 2013.

³ Aqui nos valem do material contido em DEMIER, F. *Depois do Golpe...Op. cit.* (capítulo IV: “As jornadas de junho de 2013: a revolta popular contra a *democracia blindada*”).

o autêntico Junho.⁴ Pensamos não ser escusado recuperar aqui parte de nossa argumentação àquela altura.

Em linhas gerais, afirmamos que, com o intuito de derrotar o movimento, dotado objetivamente de um sentido contrário à lógica contrarreformista adotada tanto pela direita quanto pela esquerda moderada no poder, a burguesia compreendeu a necessidade de obstar o crescimento de um campo de esquerda radical no cenário político nacional e, prioritariamente, de um segmento “antirregime” (revolucionário) que pudesse dirigir as mobilizações para o enfrentamento à *democracia blindada*. Assim, nossa classe dominante, por meio da grande imprensa, adotou uma estratégia inteligente, expressa em três eixos táticos insidiosos:

1) Depois de ter peremptoriamente condenado as manifestações, a grande imprensa, abruptamente, inflectiu sua posição e passou a saudá-las, ao passo que buscava pautá-las – o que foi ilustrado na patética e muito comentada autocrítica de Arnaldo Jabor, falecido comentarista televisivo então agraciado pelos setores médios conservadores semiletrados.⁵ Desse modo, as mobilizações de massas passaram a ser tratadas midiaticamente como grandes “atos cívicos”, os quais deveriam ter como bandeiras – e, segundo alguns telejornais, já as tinham – a “prisão dos ‘mensaleiros’”, a “não aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC)-37” (uma PEC da qual quase ninguém fora das editorias jornalísticas sabia do que se tratava), a reacionária “redução da maioria penal” e – sempre ela – a “luta contra a corrupção”, entre outras reivindicações até então praticamente invisíveis nas mobilizações (dentre as quais a “redução do número de ministérios do Governo Dilma” foi, sem dúvida, a mais esdrúxula, já que nem mesmo o mais otimista dos contrarreformadores do Estado pode acreditar que uma bandeira como esta seja capaz de gerar indignação social para além dos círculos tecnocráticos). Importante assinalar que não é necessário envidar esforços

⁴ O arguto cientista político André Singer, em obra publicada em 2018 – um pouco depois, portanto, da publicação em livro do nosso artigo que aqui nos serve de base (ver a nota seguinte) –, produziu uma sugestiva síntese do processo de Junho, também apontando a existência nele de movimentos de sentido político-social-ideológico opostos. Partindo de uma perceptiva teórica um tanto eclética e se valendo de uma sociologia das classes distinta daquela propriamente marxista, Singer, não obstante o reconhecimento do embate entre os “dois Junhos”, propõe a hipótese de que o movimento, em sua segunda fase, teria sofrido uma “sutil ressignificação por parte do centro pós-materialista” (SINGER, A. *O lulismo em crise: um quebra-cabeças do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (ver o capítulo III: “A encruzilhada de Junho”).

⁵ O papel da imprensa nas mobilizações de junho foi também analisado ainda no calor dos acontecimentos por CALIL, Gilberto. “Decifra-me ou te devoro’: a grande mídia e as manifestações” in *Convergência*, jun. 2013

para notar nesta plataforma *udenista-neoliberal* propugnada pela grande imprensa a mão da então Oposição de Direita encabeçada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a qual tentou aproveitar-se das mobilizações para desgastar eleitoralmente o governo de Dilma Rousseff – embora, ao que tudo indica, não tenha chegado a, na época, cogitar sua derrubada, diferentemente do que insinuaram alguns escribas petistas (e do que o partido de fato faria imediatamente após o resultado do segundo turno de 2014).

Em função da cobertura midiática, criou-se uma situação um tanto quanto absurda, de traços surreais: milhares e milhares de pessoas iam aos protestos exigir serviços públicos baratos e de qualidade, mas, ao retornarem para suas casas, recebiam a notícia pelos telejornais de que, na verdade, haviam, todas elas, ido às ruas para combater uma PEC desconhecida, pedir abstratamente o “fim da corrupção”, clamar pela prisão dos “mensaleiros” e até mesmo exigir a tal redução do número de ministérios. Ocorre que, em poucos dias, numa inversão tipicamente *espetacular* entre realidade e discurso, milhares e milhares de pessoas, entre trabalhadores desorganizados e setores médios conservadores, levantaram dos seus sofás e, com tal plataforma programática, de fato foram às ruas engrossar os atos, quadruplicando o número de presentes nestes. Com isso, a incessante cobertura midiática a respeito de atos passou a ser, ao menos em parte, verdadeira, e os setores da esquerda radical que haviam iniciado as mobilizações viram-se rapidamente diluídos em meio a uma enorme massa policlassista e politicamente heterogênea. Para uma esquerda radical que ainda engatinhava (engatinha) na sua reconstrução pós-*transformismo petista*, o brutal aumento de quantidade, nesse caso, significou um inegável recuo de qualidade. Quem pôde acompanhar as primeiras manifestações contra o aumento tarifário nos transportes de São Paulo e esteve presente também na Av. Presidente Vargas, no centro do Rio de Janeiro, no dia 20 de junho de 2013, pode ter a dimensão do que afirmamos aqui.

Rapidamente, um aspecto acerca da bandeira midiática da “luta contra a corrupção” merece ser apontado. Embora suas origens remontem a tempos idos, e o fascismo a tenha agitado demagogicamente, a ideologia segundo a qual o “sistema político” – e não o sistema capitalista – é eminentemente corrupto é uma ideologia constitutiva do próprio regime *democrático-blindado* brasileiro. Sua função neste é, sobretudo, afastar os segmentos subalternos do tal “sistema político”, deixando-o inteiramente livre para os gestores do capital. O funcionamento desta ideologia *anticorrupção* se processa por meio de uma engrenagem visivelmente contraditória. Por um lado, é bombardeada diariamente pela imprensa e seus comentaristas políticos

vulgares uma litania sobre a necessidade de se respeitar e fortalecer as instituições republicanas, visando à consolidação da democracia (*blindada*) no Brasil. Uma das tarefas necessárias ao “cidadão” seria, por meio do voto e de eventuais campanhas cívicas (normalmente animadas por organizações não governamentais – ONGs), ajudar a afastar de tais instituições as práticas corruptas. Eternizadas, essas instituições deveriam, portanto, ser aperfeiçoadas com a “ajuda dos cidadãos”. Não há e nem pode haver política fora dos espaços já configurados do regime, isto é, não há e nem pode haver vida política para além da democracia liberal e de suas instituições *blindadas*. Todavia, *pari passu* a esse discurso glorificador das “instituições democráticas”, difunde-se, a partir da enxurrada de denúncias jornalísticas que associam políticos de todos os matizes às práticas corruptas, a ideia de que aquelas mesmas instituições (com destaque para o Parlamento e o Executivo) são lócus privilegiados de corrupção e que, portanto, a política que se faz no interior delas é inevitavelmente corrupta. Assim, ao mesmo tempo em que, por um lado, se cultuam as instituições do regime (e defende-se o seu aperfeiçoamento como “tarefa cidadã”), por outro, *sub-repticiamente*, difunde-se a tese de que essas mesmas instituições são inexpugnavelmente corruptas e envilecidas. É nesse sentido que se pode falar de um discurso ambíguo (ou bifacetado) por parte da ideologia *anticorrupção*.

Durante aproximadamente trinta anos, essa ambiguidade produziu uma funcionalidade vital no que diz respeito à sobrevivência do regime, dado o mecanismo circular e tautológico engendrado por ela. De um lado, limitam-se os horizontes da política às instituições liberal-democráticas, o que levava, de certo modo, a um fortalecimento do próprio regime *democrático-blindado* (já que, segundo a lógica institucionalista esboçada acima, não há e nem pode haver política fora das instituições do regime). De outro lado, porém, ao fazer ecoar a forma corrupta como estas instituições operam, era produzida uma *desqualificação da política*, já que a política, em si, era apontada (conquanto de forma velada e difusa) como algo vertebrado por roualheiras e atividades afins.⁶ Sendo as práticas políticas reduzidas às atividades que respeitam e

⁶ “Não é preciso gastar muito tempo e tinta para argumentar como esse componente ‘antipolítico’ constitutivo da ideologia anticorrupção, essa identificação totalitária entre política e corrupção, é profundamente reacionário. Descrita como o espaço por excelência da obtenção das vantagens individuais, do mau-caratismo, da mentira, das práticas vis e venais, a política é apresentada ao trabalhador como algo a ser rechaçado, ou ao menos como algo com o qual não se deve envolver. A rejeição e resignação subjetivas em face da política fortalecem a aceitação e manutenção objetivas dessa mesma política. A defesa implícita da não participação dos de baixo é, na verdade, a defesa da participação exclusiva, e ao seu modo, dos de cima. Dado que toda transformação prática da sociedade só pode ser fruto de uma atuação política dos seus segmentos explorados e subalternos, a negação da política significa, efetivamente, uma política que nega a

aperfeiçoam as instituições do regime, a ideologia *anticorrupção* fazia com que qualquer tentativa de combate à corrupção fosse automaticamente canalizada para dentro do próprio regime (a partir das tais campanhas cívicas que buscam livrar as instituições republicanas do que é a sua própria essência, a corrupção) ou acabasse conduzida a um beco sem saída, isto é, a uma saída “apolítica” e apática, e igualmente favorável ao regime: afinal de contas, se as instituições são corruptas, mas se não há e nem pode haver política fora delas, simplesmente não existe nada a ser feito.

Contudo, desde as Jornadas de Junho, e sobretudo em função da opção burguesa de levar essa ideologia *anticorrupção* às ruas, isso é, de passá-la da letargia para a euforia, da prostração à mobilização, abriu-se a possibilidade para que os adeptos daquela segunda opção, os apáticos e “descrentes com a política”, viessem a funcionar como base de massas para alternativas protobonapartistas,⁷ dirigidas por procuradores e juízes “apolíticos” imbuídos em uma *cruzada anticorrupção*.⁸ O caminho para o bolsonarismo já estava sendo pavimentado.

transformação prática da sociedade. Ardilosamente, a crítica à política revolucionária, socialista, transformadora, se traveste de uma genérica crítica “à política” e aos “políticos”. Não é um acaso, assim, o fato de que os mais extremados e raivosos críticos dos “políticos corruptos”, em particular aqueles críticos organizados em grupos neofascistas, apontem suas armas prioritariamente, e quase exclusivamente, para os militantes e expoentes das organizações tidas por eles como “comunistas” (PT, Partido Comunista do Brasil – PCdoB, PSOL, Partido Comunista Brasileiro – PCB etc.). Não é escusado ressaltar o fato de que justamente as organizações declaradamente socialistas, como o PSOL e o PCB, alvos de crescentes agressões verbais e físicas por parte dos “críticos da corrupção”, são praticamente as únicas que não aparecem sequer mencionadas nas diárias matérias jornalísticas sobre os casos de corrupção política” (DEMIER, F. “O jacobinismo às avessas” in _____. *Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 62-63).

⁷ Quanto ao conceito de bonapartismo (e suas variantes), ver DEMIER, Felipe. *A teoria marxista do bonapartismo*. São Paulo: Usina editorial, 2021.

⁸ “A ideologia *anticorrupção*, como toda e qualquer ideologia, possui um momento de verdade, que um procedimento ideológico, mistificador por excelência, transforma na totalidade da verdade. A aparência do processo, que é, por óbvio, parte constitutiva dele, é concebida como a sua essência determinante; e aquilo que é epidérmico da coisa é, por uma ótica de classe particularista, exposto como se fosse profundo e universalmente verdadeiro. Por meio dessa complexa engrenagem ideológica, produzem-se alguns enunciados que, entretidos, constituem a narrativa dominante sobre a temática da corrupção (...) De imediato, tal narrativa busca dissociar corrupção e capitalismo, concebendo as práticas corruptas como atitudes independentes e desconectadas das relações mercantis vigentes. Dessa maneira, aquilo que na verdade é a expressão ilegal e necessária do modo de ser legal da sociedade burguesa, o exagero dramático de um melodrama exagerado, é apresentado como se fosse um objeto próprio, com raízes e explicações próprias, isolado das relações sociais que o determinam. Nessa lógica, é como se, por ser defeituoso, o produto fosse, então, desprovido de qualquer relação causal com seu produtor, como se Adão e Eva, por terem comido a fruta proibida, ‘ilegal’, não descendessem mais de Jeová. Expressão febril de uma sociedade acometida pela enfermidade da mercantilização total, a corrupção é tratada não como o sintoma, mas como a própria doença, que, de tipo viral, teria origens externas ao corpo humano. Aquilo que não é mais do que uma exposição sem pudores do ordinário funcionamento da despidorada sociedade burguesa, na qual tudo é comprado e vendido, é apreendido como se fosse algo estranho a ela, patológico, extraordinário (...) Dessa maneira, a problemática mercantilização da vida sob o capitalismo é ofuscada por uma de suas manifestações tóxicas, a corrupção, esta sim concebida como o verdadeiro problema. Assim, uma das inexpugnáveis consequências da generalização das relações sociais capitalistas, a generalização da prática

Utilizada em alto volume pela imprensa em junho, a ideologia *anticorrupção* logrou um relativo êxito ao adulterar, em parte, o teor das mobilizações e, por conseguinte, tornar o seu desenvolvimento autolimitado. Enquanto uma parte dos “rebelados” contra a corrupção, em especial os provenientes dos setores médios conservadores mais moderados e “civilizados”, levantava propostas que ingenuamente visavam a eliminá-la por dentro das estruturas do regime corrupto (por meio de PECs como a 37, leis como a da “ficha limpa” e a do enquadramento jurídico da corrupção na categoria de “crime hediondo”), outra considerável parcela dos manifestantes, e que amalgamava a pequena-burguesia reacionária e contingentes mais plebeus, simplesmente rejeitava barulhentemente toda e qualquer atividade política, vista por ela como sinônimo de corrupção (“Abaixo os políticos!”, “Abaixo os partidos!”, etc.). Depois de terem corrompido Junho, esses dois campos, moderados e radicais da “luta contra a corrupção”, a partir de então constantemente mobilizados, se encontrariam nas manifestações golpistas iniciadas em março de 2015, e depois na campanha vitoriosa de Bolsonaro em 2018.

2) Outro eixo da estratégia burguesa destinada a impedir o crescimento de uma esquerda radical foi a propagação midiática da ideologia *antipartido*, a qual, como já se pôde notar, guarda íntimas relações com o discurso desqualificador da política visto anteriormente.⁹ Fazemos menção neste item àquela ideologia *antipartido* cujas raízes remontam à retórica bonapartista, na qual a divisão da sociedade “em partes” (os

da corrupção, é apresentada como um elemento exógeno e extemporâneo, cuja intrusa presença na sociedade capitalista acaba por, lamentavelmente, promover inconvenientes perturbações. Por meio da ideologia *anticorrupção*, centrada na denúncia de certas compras e vendas antiéticas, a desumanizada sociabilidade burguesa, vertebrada na antiética compra e venda de praticamente tudo que existe sobre a face da terra, é obnubilada e, por conseguinte, naturalizada enquanto a única, suprema e eterna forma de convívio humano. Cinicamente, os ideólogos da ordem corrupta do capital gritam aos políticos corruptos: ‘Nunca vos conheci. Afastai-vos de mim, vós que cometeis a iniquidade!’ (...) Assumido como um dado, um fato inquestionável sobre o qual é melhor silenciar, o capitalismo é tomado não como o criador da corrupção moderna, mas como uma vítima inerme de uma criatura ímpia que gerou a si própria, e cujo destino quis que vagasse pela eternidade corrompendo as vestais almas burguesas. Esse procedimento ideológico de desconectar a corrupção do capitalismo, cujo resultado é a absolvição do último pelos crimes da primeira, não exprime senão aquilo que Lukács chamou de uma ‘apologia indireta do capital’ (LUKÁCS, G. *Die Zerstörung der Vemunft*. Aufbau-Verlag, 1954). Aquilo que são problemas da humanidade sob o capitalismo, sob determinada situação histórico-social, aparecem como problemas existenciais da humanidade, traços inextricáveis da condição humana, e as possibilidades de transformação do ser social são negadas, pois tomadas como impossibilidades imanentes do próprio ser (DEMIER, F. “O jacobinismo às avessas”. *Op. cit.*, p. 63-65).

⁹ Não estamos nos referindo aqui, convém ressaltar, à pueril ideologia *antipartido* de extração anarquista, a qual, requeitada por grupos autonomistas e afins, ganhou força entre os setores de vanguarda na Europa nas últimas duas décadas, e também se fez significativamente presente entre segmentos pequeno-burgueses de esquerda nos atos de junho no Brasil.

partidos) é vista como nociva ao ordenamento social e ao bom funcionamento da vida nacional. Com variações, tal retórica tem lugar também no discurso demagógico do fascismo, em que apenas um único partido, o do poder, aparece como dotado de legitimidade, dado que representaria “toda a nação” (e não cada um dos seus grupos politicamente beligerantes). Nessas duas modalidades ideo-políticas contrarrevolucionárias, os partidos políticos (e, no caso do fascismo, com a natural exceção do próprio partido fascista) aparecem não só como a expressão de um conflito político-social que dilacera a nação, mas também como o espaço da representação de interesses pessoais, mesquinhos e corruptos. Tal como na ideologia *anticorrupção*, a política, *per si*, assume uma conotação negativa. A política é reduzida à atividade dos partidos, os quais, por sua vez, não passariam de aglomerados de pessoas vis movidas por interesses particularistas que são colocados acima dos “interesses gerais do povo e da nação”. Aqui a crítica aos partidos e a “luta contra a corrupção”, ambas pretensamente justificadas pela defesa da “coisa pública”, se encontram totalmente, irmanadas por seu jaez antipolítico – em outra oportunidade, procuramos demonstrar como essa perspectiva ideológica se encontra intimamente ligada à programática neoliberal.¹⁰

¹⁰ “Embora tecidas muitas vezes por discursos a-históricos, que eternizam aquilo que é temporal, as ideologias possuem a sua história. No alvorecer da sociedade burguesa, quando a burguesia se enfrentava com o ancien régime e suas instituições feudais, a defesa liberal de um Estado universalista que exprimissem o ‘bem comum’ desempenhou, não obstante sua dimensão ilusória, um papel progressista. A ‘falsa consciência’ sobre a coisa era, ali, um momento revolucionariamente necessário para a ulterior verdade da coisa. Mesmo que não fosse efetivamente terrena, a “razão” que filosoficamente se batia contra o poder de Deus na Terra, contra a teoria do “direito divino”, contribuiu para a destruição dos privilégios estamentais sobre a propriedade, os homens e a terra. Mistificadora, porquanto ideológica, a crença republicana numa ‘coisa pública’ acima e protegida dos interesses privados adquiriu, nas suas manifestações teórico-políticas mais plebeias, um teor revolucionário. Assim, a afirmação histórica e efetiva de novos interesses privados (burgueses) sobre os antigos (nobiliárquicos) era, ideologicamente, expressa pela necessidade imperiosa de predomínio do ‘cidadão’ sobre o ‘indivíduo’, pela filosófica afirmação do ‘geral’ sobre o ‘particular’. Fazia-se necessária a vitória do ‘público’ sobre o ‘privado’, a subjetiva imposição política do primeiro sobre o segundo, como em Rousseau, ou ainda a superação dialética “objetiva” do segundo no primeiro, como em Hegel. A realização concreta de interesses mercantis particularistas, justamente por demandar uma formatação jurídico-política que abolisse os velhos particularismos medievais, era vocalizada por uma celestial filosofia política moderna que esperava realizar o universal, e que via na república democrática a sua materialização terrena (...) A manifestação histórica mais exemplar, radical e, ao mesmo tempo, mais ideológica dessa ideologia republicana foi o jacobinismo, fenômeno caracterizado pelo fugaz e turbulento controle da pequena burguesia parisiense sobre a jovem república francesa, quando a luta antiabsolutista atingiu seu clímax. Responsáveis pelas maiores realizações (burguesas) da revolução, as lideranças jacobinas, inebriadas por sua ideia metafísica de Verdade (Vérité), puseram em marcha uma práxis que invertia meios e fins, como assinalou o jovem Marx. A política, a atuação do poder público, de meio para a afirmação da propriedade privada burguesa, converteu-se em um fim em si mesmo, relegando a simples papel de meio as relações mercantis burguesas, subordinando às razões do novo Estado em construção aquilo que era, na verdade, a sua base econômica fundamental. Segundo a moral jacobina, a ‘salvação pública’ deveria estar acima da ganância privada, e jamais poderia se deixar corromper por esta (...) Sob um capitalismo crepuscular que, totalmente senil, busca alcançar uma austeridade total, a ideologia jacobina de antanho encontra seu oposto na ideologia *anticorrupção* da atualidade. Não obstante serem ambas, por suposto, mistificadoras, elas proporcionaram/proporcionam ilusões de sentido político contrário. Se, na

Evidentemente, essa ideologia, quando propagada pela grande imprensa em junho de 2013, encontrava já um visível lastro na realidade política nacional, o que lhe conferiu enorme força social. A adequação do Partido dos Trabalhadores (PT), no poder, ao programa contrarreformista e às práticas de conagração que imperam no Legislativo (como o “mensalão”, certamente não inventado pelo partido de José Dirceu) em muito contribuiu para sustentar ideologicamente o adágio de que “todos os partidos e todos os políticos são iguais”. Entre outros efeitos deletérios produzidos por essa alternância de poder sem alternância programática entre os dois principais *partidos da ordem* da *democracia blindada* brasileira, pode-se destacar um brutal recuo na consciência política por parte de um amplo setor da classe trabalhadora (o qual, durante duas décadas, depositou no PT suas esperanças por uma significativa transformação social no país).

Muito habilmente, a burguesia, por meio da grande imprensa, explorou esse desgaste com os *partidos da ordem* visando a transformá-lo, celeremente, em um desgaste com *os partidos em geral*, isto é, *como todo e qualquer partido ou movimento político*. Conseguiu. No velho estilo do *se eu não brinco, não brinca mais ninguém*, a classe dominante, diante de mobilizações que se chocavam contra os seus dois principais gerentes políticos (PSDB e PT, com seus respectivos aliados), empenhou-se em evitar um possível crescimento dos partidos e movimentos não burgueses. Assim, a crítica midiática à participação de partidos políticos nos atos encontrava-se dirigida, na verdade, à participação de determinados partidos e movimentos políticos, aqueles ligados à esquerda radical, já que seria no mínimo estranho, no auge do processo mobilizatório

primeira, vigorava a defesa do ‘público’ contra os interesses privados, do interesse ‘universal’ em face dos interesses particulares, na segunda, vigora a defesa dos interesses privados contra o interesse ‘público’, dos interesses particulares em face do interesse ‘universal’. A moral da crítica se converte, assim, em uma crítica moral, e a moralidade jacobina dá lugar ao moralismo anticorrupção. Sacralizado e intocável, o mundo dos interesses privados, o reino da propriedade privada, é que tem agora que ser protegido da ganância do ‘poder público’. É este que corrompe aquele, e não mais o contrário. Não só na prática como também no discurso, é o privado que deve prevalecer sobre o ‘público’, é aquele que deve impor sua acachapante vitória sobre este. Abertamente declarado como mero meio para a vigência do mercado, o Estado passa a ser descrito como um instrumento que deve mediar o menos possível para que seu fim, uma vida social totalmente mercantilizada, seja alcançado de forma plena. O ‘público’ e, por conseguinte, a política, passam a ser vistos, respectivamente, como o espaço e o sujeito por excelência da corrupção. Assim, a ideologia *anticorrupção* condena os burgueses envolvidos em corrupção não por terem corrompido políticos e agentes estatais, e sim por terem cedido às pressões e tentações corruptivas destes e, por consequência, terem se tonado corruptores. Na moral pequeno-burguesa do século XXI, o mercado é sinônimo de realização, e o Estado, de corrupção.” (DEMIER, F. “O jacobinismo às avessas”. *Op. cit.*, p. 68-70). Ver também HOVELER, R.; MELO, D. A agenda anticorrupção e as armadilhas da pequena política. In: DEMIER, F.; HOVELER, R. (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 57-66; e BOITO Jr., Armando. Corrupção como ideologia. *Crítica Marxista*, n. 44, p. 9-19, 2017.

(entre os dias 13 e 21 de junho), a presença de bandeiras petistas e tucanas em atos voltados, na prática, contra os governos petistas e tucanos simultaneamente. Se os *partidos da ordem* estavam vetados na festa, todos os outros, isto é, os da esquerda radical, também o deveriam estar. Sordidamente, a grande imprensa noticiou o que seria uma oposição nas ruas entre “manifestantes” e “membros de partidos”, e praticamente instava os primeiros (“cidadãos lutando contra a corrupção, a PEC-37, etc.”) a expulsarem os segundos (“oportunistas e defensores de corruptos”) das grandes mobilizações, cada vez mais convertidas em “atos cívicos”,¹¹ na medida em que até os movimentos sociais tiveram que nas ruas esconder seus símbolos e bandeiras.

A reacionária ideologia *antipartido*, além de ter contribuído para que nenhuma direção política organizada (movimentos, comitês etc.) pudesse representar as mobilizações e pleitear suas reivindicações junto ao Estado, criou também um ambiente ideológico propício para que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, grupos de ultradireita e mercenários a soldo do Estado, respectivamente, pudessem acoessar os militantes da esquerda radical, em especial os que portavam faixas e adereços do movimento sindical, dos movimentos sociais e bandeiras de pequenas agremiações partidárias. Desse modo, a tentativa (em boa parte, exitosa) de fabricação midiática de um *consenso antipartido* entre uma grande massa de manifestantes permitiu que manifestantes da esquerda radical fossem reprimidos com a trágica cumplicidade de muitos que, roboticamente, repetiam o lema fascista de que “o meu partido é o Brasil”, e hostilizavam a presença de qualquer bandeira (sobretudo as vermelhas) que não fosse a nacional – pouco tempo depois, em março de 2015, tal lema já apareceria correlacionado a outro, logo popularizado nas ruas e nas redes: “Nossa bandeira jamais será vermelha”...

Não é secundário assinalar que o êxito obtido por esses dois eixos táticos (adulterar o conteúdo das mobilizações por meio da “luta contra a corrupção” e impedir, por meio da desqualificação da política e dos partidos, que uma politização à esquerda tivesse lugar) da estratégia burguesa (eliminar, na origem, a possibilidade de que um campo da esquerda radical pudesse crescer e conduzir as mobilizações para o enfrentamento consciente à *democracia blindada*) deveu-se, em grande medida, ao fato de que a classe trabalhadora esteve presente nas mobilizações de junho na condição subjetiva de *massa*, isto é, como uma classe desprovida de uma autêntica consciência de

¹¹ CALIL, Gilberto. “‘Decifra-me ou te devoro’: a grande mídia e as manifestações”. *Op. cit.*

classe ou, mais precisamente, dotada de uma consciência classista por demais rebaixada.¹²

Composta, majoritariamente, pelo que o sociólogo marxista Ruy Braga denomina de *precariado*,¹³ as multitudinárias manifestações de junho, ainda que – conforme antecipamos em nota – expressassem o descontentamento de classe com os efeitos das contrarreformas do regime, não evidenciaram um avanço político-organizativo dos trabalhadores. Em outras palavras: a classe trabalhadora se fez presente, aos milhares, no ápice das mobilizações de rua, mas o fez subjetivamente na condição individual de “cidadão”, de uma “simples adição de grandezas homólogas”,¹⁴ e não na de um grupo social coeso e possuidor de interesses históricos opostos ao do capital.

Sem muitos riscos, pode-se dizer que as ingentes massas que se levantaram em junho de 2013 o fizeram contra os efeitos sociais deletérios do regime democrático-blindado. Ainda que difusas ideologicamente e extremamente débeis em seus âmbitos organizativo e político-diretivo, as multitudinárias manifestações tiveram como alvo central o alto custo e/ou a obscena precariedade dos serviços públicos básicos, dos quais depende a maioria esmagadora da população brasileira. Tal fato pôde ser verificado nos inúmeros cartazes que clamavam por “mais Saúde”, “mais Educação” e pela “redução da tarifa” (ou “passe livre”) nos transportes coletivos. Em comparação ao descaso estatal nessas áreas fundamentais, muitos manifestantes questionavam também o alto investimento de recursos públicos nos estádios que receberiam jogos da Copa do Mundo da FIFA (que seria realizada em junho/julho do ano seguinte). Desse modo, ainda que os manifestantes não tenham se colocado, em termos subjetivos, contrários ao regime *democrático-blindado* enquanto tal (isto é, não tenham apresentado uma “consciência antirregime”, como se costuma dizer em certos meios), não seria equivocado afirmar que

¹² LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

¹³ Segundo Ruy Braga, “os trabalhadores precarizados são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica (...) A necessidade de definir os limites gerais do precariado nos obriga também a diferenciá-lo dos setores profissionais, ou seja, aqueles grupos mais qualificados, mais bem remunerados e tendencialmente mais estáveis, da classe trabalhadora. Em suma, identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico”. (BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo/USP, 2012. p. 19.). Sobre o protagonismo do *precariado* nas manifestações de junho, ver BRAGA, R. “Sob a sombra do precariado” In: HARVEY, D. et al. *Cidades rebeldes*. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013, e PESTANA, M. “Quem está nas ruas desde junho no Brasil?” (partes 1 e 2) in *Convergência*, out. 2013.

¹⁴ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. cit., p. 115.

eles se colocaram objetivamente contra o regime, na medida em que se insurgiram diretamente contra as nocivas consequências de suas contrarreformas.

Evidentemente, a simples ida às ruas em busca de direitos, e o consequente enfrentamento com as forças policiais, promoveram um avanço na subjetividade popular, e elementos “antirregime” (derivados da percepção de que o Estado e a democracia existentes são um Estado e uma democracia de classe) se desenvolveram em uma parcela minoritária dos manifestantes. Contudo, para um setor mais amplo das massas descontentes, tais elementos se apresentaram sob a forma de um amálgama ideológico que, como vimos, continha, em forte dosagem, aspectos subjetivos “antipolíticos” (“contra a corrupção”, “contra a política” e “contra todos os partidos”, por exemplo), de extração ideológica claramente reacionária, os quais, conforme destacamos, já era instilados permanentemente pelo próprio regime político *democrático-blindado* e foram oportunamente reforçados por ele no contexto de junho. Assim, diferentemente de experiências históricas (um pouco anteriores a Junho, como as ocorridas no Oriente Médio e Norte da África), nas quais os massivos setores mobilizados enxergaram o regime político, em si, como um inimigo a ser vencido, as revéis massas brasileiras, em sua enorme maioria, se bateram contra os nefastos produtos sociais do regime político vigente (serviços públicos caros e/ou altamente precarizados), e até mesmo contra alguns de seus traços constitutivos (falta de participação popular, repressão etc.), mas não o identificaram – isto é, não identificaram a *democracia liberal blindada* – como o principal responsável pelas mazelas que as afligem diariamente.

Estando os canais institucionais do regime praticamente fechados às demandas populares de cariz reformista, as mobilizações de rua se apresentaram, provavelmente, como a única opção para aqueles descontentes com a impossibilidade de usufruir, na prática, os direitos sociais ainda fixados em lei. Assim, a repentina e surpreendente opção das massas por tomar as ruas pode ser compreendida mais como uma expressão da eliminação das mediações (representações) políticas reformistas no interior do próprio regime do que como obra de uma suposta subjetividade política radical alcançada pelos setores populares, os quais, nas ruas, não se afirmaram como classe e nem construíram formas coletivas de representação dos seus interesses políticos.

Depois de aproximadamente vinte anos de refluxo, milhares de trabalhadores, sobretudo os mais jovens, tomaram abruptamente as ruas como se partissem do zero, ignorando ou recusando verbalmente os métodos de organização e luta gestados por sua classe em tempos pretéritos (ainda que, na prática, fossem impelidos a adotar alguns

deles, como os fóruns, as assembleias, os ataques aos símbolos do poder político etc.).¹⁵ Nada mais previsível, dada a súbita mudança de conjuntura associada à indigência organizativa e ao isolamento político em que se encontravam (encontram) os setores mais conscientes da classe trabalhadora.¹⁶ Apesar de suas motivações, o fato é que a ocorrência das mobilizações populares significou uma ruptura brusca com o ramerrão da vida política nacional. A volta da política às ruas e às praças, quebrando o monopólio político palaciano, sintonizou, à época, o Brasil com uma nova conjuntura mundial que, marcada por cotidianas (embora não agudas) lutas contra ordem capitalista contrarreformista, tornou-se visivelmente diferente da resignação social que caracterizou boa parte do período histórico 1991-2008.

3) Tendo fechado o caminho para a esquerda radical – e, com isso, afastado o perigo de que as mobilizações assumissem *subjetivamente* um caráter “antirregime” –, a burguesia viu-se diante da tarefa de pôr fim às mobilizações. As revogações dos aumentos tarifários nos transportes das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (anunciadas, no dia 19 de junho, simultaneamente em coletivas de imprensa dos seus respectivos prefeitos, os quais tiveram ao seu lado os governadores estaduais) não lograram esfriar o ânimo dos rebelados, que voltaram a entupir as ruas no dia seguinte em número jamais visto sob a *democracia blindada*.

Foi nesse momento que ganhou força o terceiro eixo tático da burguesia diante de Junho. Uma vez feito o anátema da esquerda radical, a grande imprensa intensificou um discurso prestidigitador que dividia os manifestantes entre “pacíficos” e “vândalos”.¹⁷ Esse mesmo discurso, na enorme maioria dos casos, omitiu propositalmente o fato – noticiado por veículos alternativos como a *Mídia Ninja* – de que entre os “vândalos” havia policiais infiltrados (P2), os quais foram responsáveis pela execução de muitos dos tais “atos de vandalismo” – nos quais foram seguidos, naturalmente, por alguns ingênuos setores anarquistas e determinados grupos protopolíticos (ou pós-políticos), como os *Black Blocs*, tratados midiaticamente como perigosos “vândalos mascarados”. A divisão dos manifestantes entre “pacíficos” e

¹⁵ Quem nos chamou a atenção para essa contradição existente entre o discurso e a prática dos manifestantes (ou pelos menos de uma parcela destes) foi o amigo e intelectual marxista Waldo Mermelstein.

¹⁶ Retardatários, alguns setores organizados realizaram, no dia 11 de julho, atos por várias cidades do país por intermédio das centrais sindicais (inclusive a famigerada Força Sindical), mas não conseguiram atrair a participação daquelas centenas de milhares que haviam apinhado as ruas nos dias 17 e 20 do mês anterior. Evidentemente, a propaganda ideológica *antipartido* em muito contribuiu para este relativo fracasso.

¹⁷ MATTOS, Romulo Costa. *Op. cit.*

“vândalos”/ “baderneiros”/ “mascarados” operada pelo discurso midiático procurou criar um consenso que legitimasse a repressão policial nas manifestações, a qual, como ficou patente, não se limitou aos grupos de fato envolvidos nas atitudes performaticamente mais radicalizadas. No Rio de Janeiro, onde as mobilizações prosseguiram em baixa intensidade (porém com regularidade) nos meses subseqüentes a junho, ficou nítido como o tacão de ferro policial esteve potencialmente direcionado a todo e qualquer um que pusesse os pés nos atos de rua contra o governador Sérgio Cabral (do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – então apoiado pelo PT).¹⁸

A repressão policial em junho de 2013 representou um salto de qualidade no que tange à forma de atuação do aparelho coercitivo em relação às manifestações populares por direitos. O uso de armas mais sofisticadas para contenção popular, a banalização do recurso às balas de borracha e novas táticas de cerco e perseguição aos manifestantes fizeram como que nas grandes capitais, em especial no Rio de Janeiro, tivesse lugar um verdadeiro laboratório de novos métodos de repressão às lutas sociais. Desde então, os novos (e também os velhos) expedientes repressivos marcariam presença na conjuntura política nacional quando de mobilizações populares (com exceção, é claro, das golpistas e neofascistas). À guisa de exemplo, lembramos da implacável repressão em Brasília aos setores organizados que protestavam contra a votação da PEC do “teto dos gastos” (Emenda Constitucional 95) em fins de 2016, assim como, no ano seguinte, aos atos do “Fora Temer”, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro (um deles, na capital fluminense, chegou a ser dispersado por balas de borracha e gás lacrimogêneo antes mesmo de ter saído em passeata).

Por meio desses três eixos táticos, a estratégia burguesa para isolar a esquerda radical nas mobilizações, dirigi-las com outros propósitos e, por conseguinte, encerrá-las mostrou-se vitoriosa. Atos e protestos de pequeno e médio porte continuaram a ter lugar em algumas cidades, como no Rio de Janeiro (onde o violento e antipopular governo de Cabral continuou a ser atacado pelos setores de vanguarda), mas a enorme onda mobilizatória que assolou o país em junho entrou em declínio já a partir do mês seguinte.

Não obstante o simbólico recuo no aumento das tarifas do transporte urbano, o regime *democrático-blindado*, apesar de muita verborragia midiática, não procurou

¹⁸ Durante a combativa greve dos profissionais da educação do município carioca, a vanguarda da categoria, vinculada à esquerda radical, foi brutalmente reprimida pelo aparato de repressão estatal.

atender, de fato, a qualquer uma das demandas reformistas advindas do movimento de massas (“mais Saúde”, “mais Educação”, “mais participação popular”, “fim da Polícia Militar”, etc.). Apesar da grande pressão das ruas e do conseqüente temor que possivelmente se verificou nas esferas dirigentes no mês de junho, as principais instituições do regime (Executivo, Legislativo, Judiciário e Imprensa) se mostraram tão impenetráveis pelas reivindicações populares quanto antes. A *blindagem* foi preservada. A cúpula política do regime (o que incluía tanto o governo, quanto a oposição) se portou frente à “voz das ruas” à maneira de um surdo diante de alguém que, a plenos pulmões, grita pelo seu nome. Nenhum dos itens que compuseram o “pacto” apresentado por Dilma (em pronunciamento nacional quando da crise de junho, visando a solucioná-la) pode ser, a rigor, considerado como reformista.¹⁹

Além de não efetivar (mesmo que de forma distorcida e limitada) nenhum dos eixos da plataforma reformista do movimento de massas, tanto o Executivo quanto o Legislativo, dando sinais de uma espécie de *autismo político burguês*, se aproveitaram do clamor das ruas para, surpreendentemente, anunciar/aprovar medidas que vão de encontro ao conteúdo das reivindicações populares, e que, portanto, acentuaram o caráter contrarreformista do regime e reforçam sua *blindagem* – a mirabolante cobertura midiática, ao apresentar como solução para os problemas sociais aquilo que na verdade só faz acirrá-los, foi um elemento decisivo na perpetuação desta *blindagem* e na crise social e política que não daria trégua desde então.

À maneira tragicômica, o primeiro dos tais pontos do “pacto” de Dilma foi justamente a promessa governamental de seguir aplicando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), responsável diretamente pela realização do superávit primário e, por conseguinte, pela precariedade dos serviços públicos – curiosamente, seria o não cumprimento por parte de Dilma da LRF o argumento invocado pelos golpistas para depô-la três anos mais tarde. Entre outros exemplos, vale mencionar o empenho do governo petista na execução do *privatizante* projeto da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH),²⁰ o leilão do campo petrolífero de Libra²¹ e a aprovação pelo

¹⁹ “Dilma propõe 5 pactos e plebiscito para constituinte da reforma política”. *GI*, 24 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-paraconstituente-da-reforma-politica.html>>.

²⁰ “Consuni muda local para debater EBSERH”. *Adufrj*, 16 set. 2013. Disponível em: <<http://www.adufrj.org.br/index.php/noticias-destaque/722-consuni-muda-de-local-para-debaterebserh.html>>.

²¹ “Consórcio formado por Petrobras e mais 4 empresas vence leilão de Libra”. *GI*, 21 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/10/consorcio-formado-por-petrobras-e-mais4-empresas-vence-leilao-de-libra.html>>.

Senado de uma proposta de minirreforma (contrarreforma) eleitoral que aumentou ainda mais o peso do poder econômico nos processos eletivos.²²

Ademais, o *regime democrático-blindado*, evidenciando os limites cada vez maiores da democracia burguesa na periferia do sistema capitalista em crise, lançou mão de casuísticos artifícios jurídico-políticos com o objetivo de atacar aqueles que demandavam direitos sociais e políticos. Tal fato pôde ser observado na criação/aprovação, em vários estados da federação, de dispositivos legais que limitaram absurdamente o direito de manifestação (a aprovação, por várias câmaras estaduais, da proibição do uso de máscaras nos protestos populares talvez seja o melhor exemplo desses dispositivos). Como parte desse estratagema repressivo, destacou-se ainda a criação de órgãos políticos de exceção (como a Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas – CEIV –, instalada por Sérgio Cabral, então governador do Rio de Janeiro),⁹¹ os quais buscaram dar amparo legal a uma verdadeira caçada policial então em curso sobre setores do movimento (podemos listar aqui a prisão dos *black blocs*, realizadas a partir do IP de seus computadores, no Rio de Janeiro,²³ os sequestros com torturas efetuados pela Polícia de Pernambuco contra determinados manifestantes,²⁴ e o encarceramento de 70 manifestantes a partir de seu enquadramento na nova lei de “organizações criminosas”).⁹⁴

Em consonância com esse fortalecimento do aparelho repressivo, de onde viriam milhares de quadros e militantes bolsonaristas, verificou-se também um aumento da força de corporações como o Ministério Público. Em função de medidas governamentais de Dilma Rousseff, o MP viu-se livre de peias para suas ações cada vez mais voltadas para a criminalização daqueles que lutam por seus direitos, ao mesmo tempo em que procuradores e juízes, valendo-se, entre outros métodos, da chamada “delação premiada” (contida na lei sobre “organizações criminosas” assinada por Dilma em agosto de 2013),²⁵ passaram a assumir um papel protobonapartista, apresentando-se como uma

²² “Senado conclui aprovação da minirreforma eleitoral”. *GI*, 19 set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/senado-conclui-aprovacao-da-minirreforma-eleitoral.html>>. ⁹¹ “Decreto que cria comissão que investiga vandalismo prevê quebra de sigilo”. *O Globo*, 23 jul. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/decreto-que-cria-comissao-que-investiga-vandalismo-prevequebra-de-sigilo-9150632>>.

²³ “Justiça decreta prisão preventiva de líderes do Black Bloc detidos no RJ”. *Terra*, 6 set. 2013. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/justica-decreta-prisao-preventiva-de-lideresdo-black-bloc-detidos-no-rj,ef5b07619d4f0410VgnVCM5000009cceeb0aRCRD.html>>.

²⁴ “Anonymous denunciam polícia por sequestro e tortura de manifestantes radicais”. *Diário de Pernambuco*, 23 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida->

²⁵ “Infelizmente assinei a lei da delação premiada, diz Dilma”. *Carta Capital*, 25 de julho de 2018 (<<https://www.cartacapital.com.br/politica/infelizmente-assinei-a-lei-da-delacao-premiada-diz-dilma/>>).

*instituição idônea capaz de salvar a nação dos políticos e partidos corruptos.*²⁶ Não é necessário demonstrar aqui como esse cenário criou as condições para a posterior e fraudulenta Operação Lava-Jato e favoreceu a ascensão de cátaros degenerados como Sérgio Moro e Deltan Dallagnol.

Assim, há quase dez anos, ao Junho autêntico e original, a burguesia opôs o seu Junho, farsesco e artificial. A um movimento por reformas e mobilidade, ela opôs outro, por contrarreformas e austeridade; a um que clamava por Saúde e Educação, ela opôs outro, que exigia mais poderes aos juízes e procuradores em sua cruzada “contra a corrupção”; a um que reivindicava mais liberdade e redução no preço das passagens, ela opôs um que pedia “redução do número de ministérios” e passagem aberta para a repressão. A um que exigia melhorias na vida social, ela opôs outro, com a divisa da “redução da maioria penal”. Aos estudantes que perguntavam onde Amarildo estava, ela opôs os seus manifestantes cívicos com suas bravatas, quase todos já vestidos com as camisas da seleção; aos vândalos de ontem, ela opôs os vândalos de hoje. Enquanto as muitas e progressistas bandeiras originais eram diluídas nos atos e midiaticamente substituídas por outras reacionárias, o autêntico Junho era adulterado por manifestantes que bradavam para que qualquer bandeira vermelha fosse imediatamente abaixada. A crítica a uma política que retirava direitos e tornava a vida insuportável nas grandes

²⁶ “Outro procedimento da narrativa ideológica anticorrupção, propagado incessantemente pelos *mass media* brasileiros, é depositar nas práticas corruptas ocorridas no interior do Estado (capitalista) a responsabilidade por quase todas as mazelas sociais do país. A falência das políticas sociais, expressa no sucateamento de serviços públicos (educação, segurança, habitação, transporte, seguridade social etc.) – aos quais recorrem a imensa maioria da população – é atribuída, por meio do discurso ideológico, principalmente, senão exclusivamente, aos desvios de recursos oriundos de atos ilegais, como a corrupção. Destarte, outras causas da degeneração do nosso simulacro de cidadania social, extremamente mais significativas do ponto de vista do constrangimento e subtração de recursos, simplesmente desaparecem por meio da ideologia anticorrupção. O conjunto de contrarreformas, que envolve privatizações, ajustes fiscais permanentes, superávits primários obsessivos, parcerias público-privadas, sucessivas desvinculações dos recursos da União (DRU), precarização das relações laborais, pagamento de juros e amortizações da dívida pública, entre outras formas legalizadas de desmonte e saque do chamado fundo público, se evapora como éter nas matérias jornalísticas dedicadas ao caos dos serviços públicos – isto sem contar o fato de que a própria alimentação do fundo público no Brasil tem por base uma das legislações tributárias mais regressivas do mundo, que incide hiperbolicamente sobre o consumo de itens básicos e alivia os impostos sobre renda, patrimônio e especulações financeiras. Na narrativa midiática, a denúncia do atroz roubo do dinheiro da merenda numa prefeitura do interior desempenha a função, entre outras, de sub-repticiamente enevoar, quando não invisibilizar por completo, todos os mecanismos listados acima – cuja responsabilidade pela anulação prática dos direitos constitucionais (restantes) dos trabalhadores brasileiros é, insistimos, extremamente maior do que a dos deletérios atos de corrupção. Agindo como um Robin Hood ao contrário, como costuma bem lembrar Guilherme Boulos, o Estado brasileiro retira dos pobres para dar aos ricos. Poder-se-ia completar dizendo que, se comparado ao butim resultante da rapinagem burguesa legalizada, o quantum advindo das práticas corruptas não representa mais do que um brinde a ser distribuído aos menos altivos entre os rapaces do bando. A miséria da corrupção não é senão o complemento miseravelmente inevitável da miserável sociedade burguesa.” (DEMIER, F. “O jacobinismo às avessas...”. *Op. cit.*, p. 65-66).

idades se transformou em uma crítica genérica à política, a qual deveria ser agora feita por togados e militares.

Se o autêntico Junho seguiu nos anos seguintes, em especial nas greves “selvagens” de categorias precarizadas em 2014, na primavera feminista em 2015, nas ocupações de escolas contra Temer em 2016, no “Ele não!” em 2018” e nos atos antirracistas durante a pandemia do coronavírus (“vidas negras importam”), nos parece inegável que o outro se fez presente tanto no lavajatismo iniciado em 2014, como nas marchas antipetistas de 2015, no golpismo vitorioso de 2016, no bolsonarismo que ao poder chegou em 2018 e, por fim, na insurreição reacionária que este tentou em janeiro de 2023. Há uma década atrás, houve, portanto, dois Junhos. Um foi nosso, e o outro, deles.